



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROCESSO SELETIVO – RESOLUÇÃO Nº 06/2015**

PROVA OBJETIVA E PROVA DE REDAÇÃO: 05 de julho de 2015

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

Nome do Candidato: _____
Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas, e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.
2. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 20 (vinte) questões objetivas de Legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).**
3. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 20.
4. Confira se seu nome, CPF e conselho de opção, constam na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA e na parte inferior do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
6. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
7. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
8. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
9. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO é o único documento considerado para a correção da sua redação.
10. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
11. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES, CARTÃO-RESPOSTA e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO.
12. Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos na Resolução Nº 06/2015 do referido processo.

Boa Prova.

LEGISLAÇÃO DO ECA

1. O médico da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) de Ananindeua, deixou de comunicar à autoridade competente, caso de criança com fortes suspeitas de maus tratos e agressões físicas. Neste caso, a pena para este médico será
- (A) reclusão de 06 meses mais uma multa de 10 a 20 salários mínimos de referência.
 - (B) reclusão de 01 ano mais uma multa de 10 a 15 salários mínimos de referência.
 - (C) multa de 03 a 20 salários mínimos de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
 - (D) multa de 10 a 20 salários mínimos de referência, em caso de reincidência, aplica-se o triplo destes valores.
2. É permitido hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres?
- (A) não, e é passível de multa por parte de quem pratica tal ato.
 - (B) sim, desde que esteja com algum parente próximo.
 - (C) depende do dono do estabelecimento em aceitar a criança ou adolescente desacompanhado.
 - (D) essa regra só é aplicável nas capitais e depende de legislação estadual.
3. A mãe de um menor de idade está presa no Centro de Referência Feminina. De acordo com o ECA, estando a mãe ou pai privado de liberdade, a criança ou o adolescente
- (A) não poderá, por hipótese alguma, realizar visitas nas casas de detenção por tratar-se de ambiente inadequado.
 - (B) somente poderá realizar visitas mediante autorização judicial, expedida por Juiz da Vara da Infância e Juventude.
 - (C) poderá visitar mediante autorização da direção das casas de detenção, em horário programado e diferenciado do adulto.
 - (D) será garantida a convivência com a mãe ou o pai, por meio de visitas periódicas, independente de autorização judicial.
4. A partir de 2014, foi incluída no ECA a Lei nº 13.010 que trata do(a)
- (A) permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
 - (B) proibição do uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina ou educação, ou qualquer outro pretexto no que se refere a educação de crianças e adolescentes.
 - (C) incumbência do poder público de proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
 - (D) atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

RASCUNHO

5. Sobre o Conselho Tutelar é correto afirmar que é um(a)
- (A) órgão provisório, jurisdicional, encarregado de tutelar a criança e o adolescente quando estão em perigo, os abrigando em instituição pública.
 - (B) missão que tem legitimidade na ação dos agentes educadores de escolas de zelar e guardar pela dignidade das famílias que tenham crianças para educar.
 - (C) instituição não governamental que cuida e zela pela elaboração de políticas voltadas para os estudos sobre crianças e adolescentes.
 - (D) órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

6. Pelo ECA, existem várias atribuições do Conselho Tutelar. Observe os itens para marcar a única alternativa correta.

I - encaminhar à Defensoria Pública casos de crianças e adolescentes a fim de defender seus direitos e de sua família natural.

II - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

III - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

- (A) I e II estão corretas
- (B) I e III estão corretas
- (C) II e III estão corretas
- (D) todas estão corretas

7. Função de membro do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente que é considerada de interesse público relevante e é remunerada.

- (A) Conselho Tutelar.
- (B) Conselho Nacional.
- (C) Conselho Estadual.
- (D) Conselho Municipal.

8. O capítulo VI do ECA que diz respeito ao advogado para intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça, é correto afirmar que:

- (A) será prestada assistência jurídica integral e gratuita a todos os pais e responsáveis de crianças e adolescentes, mesmo quem não necessite.
- (B) na ausência do defensor de adolescente que cometeu ato infracional, o ato do processo será adiado imediatamente, até que o conselheiro tutelar nomeie um substituto.
- (C) será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.
- (D) se o adolescente não tiver defensor, compete ao Conselho Tutelar nomear um definitivamente, não podendo a família, nem o adolescente, constituir outro defensor.

9. São requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

- (A) indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo.
- (B) não é necessário requisição de indicação de cartório onde foi inscrito nascimento da criança e adolescente, bastando para isso, o aval do requerente e do cônjuge.
- (C) declaração de anuência de todos os membros da família sobre a colocação em família substituta, mesmo sendo menor de idade.
- (D) em se tratando da existência de bens ou qualquer rendimento relativo a criança e ao adolescentes, estes não precisam ser declarados.

- 10.** Na Seção VI do ECA que trata da apuração de irregularidades em entidades de atendimento, o procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental terá início
- (A) quando a autoridade policial apurar os fatos mediante boletim de ocorrência sobre os fatos delituosos.
 - (B) a partir de intervenção pública quando tratar-se de entidade governamental e intervenção policial em entidades não governamentais.
 - (C) mediante portaria ministerial nos casos em que se encaminhe ao Ministério Público a denúncia.
 - (D) mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.
- 11.** No que tange ao Título VI (do acesso à justiça), no capítulo I, das disposições gerais constantes no ECA, é verdadeiro afirmar que:
- (A) é garantido o acesso de criança ou adolescente à Defensoria Pública e ao Ministério Público a partir de renda familiar de até um salário mínimo.
 - (B) as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.
 - (C) os menores de 17 (dezesete) anos e os maiores de 21 (vinte e um anos), serão representados por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.
 - (D) qualquer notícia a respeito de crianças e adolescente a que se atribua autoria de ato infracional não poderá ser divulgada fotografia, somente nome, apelido, filiação e residência.
- 12.** A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso. Neste sentido,
- (A) a simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
 - (B) em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do país, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo 60 (sessenta) dias.
 - (C) o estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar.
 - (D) o estágio de convivência não será dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante.
- 13.** O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.
- (A) a morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
 - (B) o deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do Conselho Tutelar.
 - (C) todas as observações sobre a origem do ato constarão na certidão do registro.
 - (D) a pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado no Cartório do Registro Civil do Município de sua residência.
- 14.** A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Neste caso,
- (A) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 3 (três) anos.
 - (B) a realização de atividades externas, não será permitida, salvo expressa determinação judicial em contrário ou a critério da equipe técnica da entidade.
 - (C) a medida comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.
 - (D) a liberação será compulsória aos 18 (dezoito) anos de idade.

15. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a seguinte medida:

- (A) inclusão em programa familiar.
- (B) internação em estabelecimento educacional.
- (C) colocação em família substituta.
- (D) suspensão ou destituição do pátrio poder.

16. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente

- (A) intervenção nos interesses e direitos do adolescente, disponibilizando toda e qualquer informação que o caso exigir.
- (B) oitiva obrigatória e participação das partes na definição da medida de proteção a ser aplicada ao adolescente.
- (C) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- (D) proteção integral ao adolescente com vistas a destituir o pátrio poder familiar, nos casos de omissão.

17. A guarda obriga a prestação de assistência, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. Leia os itens abaixo e marque a alternativa correta:

- I - Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais.
- II - A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- III - Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

- (A) somente I está correto.
- (B) somente II está correto.
- (C) somente III está correto.
- (D) somente II e III estão corretos.

18. Observe os itens e marque a única alternativa correta.

Conforme o artigo 16 do ECA o direito a liberdade compreende

- I - opinião e expressão.
- II - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários.
- III - crença e culto religioso.
- VI - buscar refúgio, auxílio e orientação.

- (A) somente I está incorreto.
- (B) somente II está incorreto.
- (C) somente III está incorreto.
- (D) somente IV está incorreto.

RASCUNHO

- 19.** O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil. Portanto,
- (A)** em caso de discordância da guarda, o uso do pátrio poder será priorizado à mãe.
 - (B)** a falta ou carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
 - (C)** a criança ou o adolescente seja mantido em sua família de origem, a qual deverá ser incluída em programas oficiais de auxílio.
 - (D)** os filhos havidos fora do casamento não terão os mesmos direitos e qualificações dos filhos biológicos.
- 20.** Em se tratando de família substituta de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo
- (A)** adolescentes maior de 16 (dezesesseis) anos de idade, será necessário seu consentimento e de sua família de origem para colocação em família substituta.
 - (B)** a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.
 - (C)** que a colocação em família substituta ocorra preferencialmente fora da família da comunidade de origem, compatível com os direitos fundamentais reconhecidos por lei e pela constituição federal.
 - (D)** que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, mantendo obrigatoriamente o poder familiar de origem.

RASCUNHO

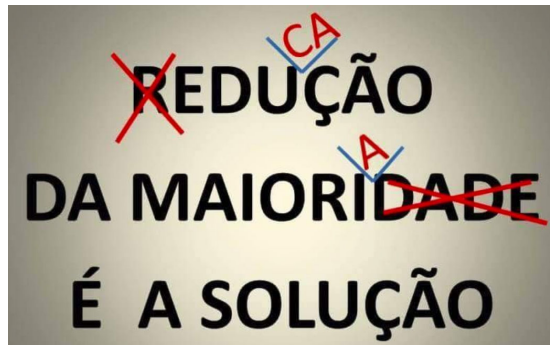
PROVA DE REDAÇÃO

Hoje a redução da maioridade penal é tema polêmico na sociedade brasileira, razão de debates em todas as esferas sociais. Legisladores, juristas, educadores, entre outros profissionais, discutem os múltiplos e diferentes olhares sobre a questão. Nesse cenário, a população brasileira divide-se entre os que apoiam essa ideia e os que se posicionam contrariamente a ela.

São diversas as questões envolvidas: o aumento da criminalidade, a incapacidade da máquina do Estado de abrigar tantos menores, as precárias condições socioeducativas, entre outras.

Também são muitos os questionamentos. Até que ponto os legisladores poderão alterar a legislação? Há necessidade de se produzir uma trajetória para reformular o Estatuto da Criança e Adolescente por meio do endurecimento das leis e tipos penais? Ou a solução residiria em oferecer mais escolas e educação de melhor qualidade às nossas crianças e aos nossos jovens?

Com base em seus conhecimentos sobre o assunto, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:



Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos adequados e relevantes para defender seu ponto de vista.

- * O texto de introdução ao comando **NÃO** pode, em nenhuma hipótese, ser copiado.
- * Sua redação deverá ter, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30.
- * Textos em versos, rasurados escritos a lápis ou com letra ilegível **NÃO** serão aceitos.
- * No BOLETIM há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no FORMULÁRIO fornecido especificamente para esse fim.
Em nenhuma hipótese, o rascunho será considerado.

ATENÇÃO
SUA REDAÇÃO SERÁ **ANULADA** SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES DO COMANDO.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO